

Controlador Interno

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

A mensuração de custos e o monitoramento de políticas públicas são instrumentos utilizados para avaliar o desempenho da gestão pública e fundamentar decisões baseadas em evidências. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A mensuração dos custos é recomendada apenas para órgãos que realizam atividades finalísticas, sendo dispensável para unidades que executam funções administrativas.
- (B) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a mensuração de custos como critério para avaliar a eficiência do gasto público, por violar o princípio da legalidade orçamentária.
- (C) A apuração de custos deve ser integrada ao processo de avaliação de políticas públicas, permitindo relacionar os recursos utilizados aos resultados obtidos, conforme determina o Decreto nº 10.540/2020.
- (D) O impacto de uma política pública pode ser avaliado com base apenas no número de beneficiários alcançados, independentemente da relação com os custos envolvidos.

Questão 02

A respeito do controle e fiscalização de bens e valores, inventários e responsabilidades de agentes públicos, analise os itens abaixo:

I.Os responsáveis por bens permanentes no serviço público devem manter controle individualizado por meio de inventário físico anual, sob pena de responsabilidade funcional.

II.Uma vez encerrado o exercício financeiro, os órgãos públicos ficam dispensados de revisar o inventário patrimonial até o fim do mandato do gestor.

III.A responsabilidade do agente público por dano a bens móveis do Estado só se configura se houver decisão judicial transitada em julgado.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (D) Apenas o item I está correto.

Questão 03

A utilização de recursos públicos por entidades privadas, mesmo sem fins lucrativos, exige que sejam respeitados os princípios constitucionais da administração pública e os instrumentos de controle e responsabilização previstos na legislação. Considerando essa premissa, assinale a alternativa correta.

- (A) A entidade privada que recebe recursos públicos está sujeita à fiscalização pelo ente repassador e pelos órgãos de controle, devendo prestar contas da aplicação dos valores conforme pactuado no instrumento jurídico de transferência.
- (B) As entidades privadas que recebem recursos públicos são obrigadas a seguir as normas da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), mesmo que o objeto da parceria não envolva contratações com terceiros.
- (C) A partir do momento em que os recursos são repassados à entidade privada, cessam os poderes de fiscalização do ente público, cabendo apenas ao controle interno da própria entidade acompanhar sua execução.
- (D) Apenas entidades privadas com fins lucrativos estão obrigadas à prestação de contas quando recebem recursos públicos mediante convênio, pois operam com finalidade empresarial.

Questão 04

A respeito da Tributação e do Orçamento no Direito Constitucional, analise os itens abaixo:

I.A instituição de empréstimos compulsórios pela União exige prévia autorização legislativa por meio de lei complementar.

II.As contribuições sociais destinadas à seguridade social podem ser instituídas por medida provisória, desde que respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal.

III.A aprovação da Lei Orçamentária Anual pelo Congresso Nacional depende de sanção do Presidente da República, sob pena de inconstitucionalidade.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item II está correto.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 05

No contexto do setor público, as metodologias de auditoria devem ser orientadas para a avaliação de conformidade e desempenho na aplicação dos recursos públicos. Para garantir sua efetividade, a abordagem adotada pelo auditor deve considerar critérios normativos, objetivos claros e planejamento fundamentado em risco. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria operacional tem como principal objetivo a verificação da legalidade dos atos administrativos, restringindo-se ao exame de conformidade normativa.
- (B) A etapa de planejamento da auditoria é opcional e pode ser dispensada nos casos em que o escopo seja definido previamente pelo controle externo.

- (C) A definição de critérios de auditoria não é necessária quando se utiliza a técnica de amostragem estatística, pois o foco será exclusivamente quantitativo.
- (D) A metodologia baseada em risco direciona o auditor a concentrar esforços nas áreas mais suscetíveis a falhas ou irregularidades, otimizando recursos e aumentando a efetividade do trabalho de auditoria.

Questão 06

A respeito da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), analise os itens abaixo:

I.A Lei de Acesso à Informação exige que os órgãos públicos publiquem, de forma ativa, dados atualizados sobre sua estrutura, receitas, despesas e licitações, independentemente de solicitação.

II.Informações classificadas como ultrassecretas podem permanecer sob sigilo por até 50 anos, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão responsável.

III.Os pedidos de acesso à informação só podem ser feitos por pessoas jurídicas previamente cadastradas junto ao Poder Público.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 07

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil está fundada no princípio do federalismo cooperativo, o que implica repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias entre os entes da federação. No que se refere às competências administrativas dos entes federados, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência administrativa comum, prevista no Art. 23 da Constituição Federal, autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a atuar conjuntamente em áreas de interesse público relevante, como saúde, educação e meio ambiente, cabendo à legislação complementar estabelecer normas de cooperação para sua efetivação.
- (B) A União detém competência legislativa exclusiva sobre educação, o que impede que os demais entes federativos regulamentem aspectos operacionais de seus respectivos sistemas de ensino.
- (C) Os Municípios não possuem competência para legislar sobre assuntos ambientais, uma vez que tal matéria é de competência exclusiva da União, nos termos do Art. 22 da Constituição Federal.

- (D) Os Estados membros possuem competência legislativa plena sobre qualquer matéria que não seja de competência exclusiva da União, podendo, inclusive, legislar sobre direito penal e processual, desde que respeitado o interesse regional.

Questão 08

O controle da fidelidade funcional está diretamente relacionado ao dever de zelo, responsabilidade e prestação de contas quanto ao uso, guarda e conservação dos bens públicos, o que representa não apenas um princípio ético, mas uma exigência legal. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A verificação da fidelidade funcional é atribuição exclusiva do Tribunal de Contas, não cabendo atuação do controle interno nesse aspecto.
- (B) O agente público que tem a posse ou guarda de bem público responde por sua integridade e conservação, sendo pessoalmente responsável por prejuízos decorrentes de dolo, culpa ou negligência, conforme prevê a Lei nº 4.320/1964.
- (C) A responsabilidade pela guarda de bens públicos é restrita ao gestor máximo do órgão, não se estendendo a servidores de nível técnico ou operacional.
- (D) A perda, extravio ou dano ao patrimônio público sem comprovação de dolo exonera automaticamente o responsável do dever de reparação.

Questão 09

A respeito do controle administrativo, analise os itens abaixo:

I.O controle administrativo é exercido pela própria Administração Pública sobre seus atos, agentes e órgãos, podendo ser exercido tanto de ofício quanto mediante provocação.

II.O controle administrativo é privativo do Poder Executivo, não podendo ser exercido pelos demais Poderes.

III.O controle administrativo permite à Administração Pública revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade, desde que legais e válidos.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 10

A governança pública, ao integrar os princípios da integridade e da ética no setor público, não apenas promove a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, como também fortalece os mecanismos de prevenção e responsabilização por desvios de conduta. Sobre governança, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, o princípio da integridade na governança limita-se à verificação documental da legalidade formal dos atos administrativos, não abrangendo aspectos comportamentais ou de conduta dos agentes públicos.
- (B) A implantação de mecanismos de integridade na Administração Pública deve estar alinhada aos princípios da governança, sendo responsabilidade da alta administração assegurar a existência de estruturas de controle interno, gestão de riscos e promoção de uma cultura organizacional orientada à conformidade e ao interesse público.
- (C) A ética pública, diferentemente da integridade, constitui apenas um valor moral subjetivo dos servidores públicos, não sendo objeto de regulamentação normativa ou passível de responsabilização em caso de descumprimento.
- (D) O controle da conformidade, por sua natureza corretiva, deve ser exercido exclusivamente por órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas, não se aplicando às unidades internas da Administração.

Questão 11

A Constituição Federal impõe limites mínimos de aplicação de recursos públicos em ações e serviços públicos de saúde, como forma de garantir o acesso universal e igualitário previsto no art. 196. No que se refere à vinculação orçamentária para a saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) A União deve aplicar, anualmente, no mínimo, o montante equivalente ao valor empenhado no exercício anterior, acrescido da variação nominal do PIB, conforme estabelecido na EC nº 86/2015.
- (B) Os Municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, inclusive transferências, em ações e serviços públicos de saúde.
- (C) Os Estados ficam desobrigados de cumprir o piso da saúde nos exercícios em que tiverem queda de arrecadação superior a 10%.
- (D) O descumprimento dos limites constitucionais de saúde enseja apenas responsabilização política dos gestores, não gerando consequências de ordem fiscal ou financeira.

Questão 12

A identificação e o tratamento adequado de riscos são etapas fundamentais do sistema de controle interno no setor público, sobretudo para o cumprimento dos objetivos institucionais da gestão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta quanto à abordagem do risco na administração pública.

- (A) A responsabilidade pela avaliação de riscos recai exclusivamente sobre os órgãos de auditoria, não devendo envolver as unidades gestoras.

- (B) O gerenciamento de riscos no setor público deve ser contínuo, integrado aos processos organizacionais e orientado à tomada de decisão, conforme diretrizes de governança e controle interno.
- (C) O controle de riscos exige, obrigatoriamente, a eliminação de todos os riscos identificados, independentemente do custo-benefício.
- (D) A avaliação de riscos só deve ser aplicada em áreas finalísticas da administração pública, não sendo recomendada para atividades meio.

Questão 13

No exercício da função pública, a Administração está vinculada a diretrizes que transcendem a legalidade estrita e se projetam sobre a finalidade e os efeitos de seus atos. Tais diretrizes, chamadas princípios, orientam o controle de legalidade e legitimidade das ações administrativas. Com base nessa premissa, assinale a alternativa que melhor reflete um princípio estruturante do Direito Administrativo e sua repercussão prática no setor público.

- (A) O princípio da eficiência garante ao agente público liberdade absoluta para inovar nas formas de execução de suas atribuições, mesmo em desconformidade com normas procedimentais, desde que alcance o resultado final esperado.
- (B) O princípio da moralidade impõe ao administrador público agir sempre de acordo com a opinião pública e os padrões sociais de conduta, independentemente de previsão legal ou técnica sobre o tema.
- (C) Pelo princípio da autotutela, é assegurado ao particular o direito de revogar, a qualquer tempo, os atos administrativos que entender inconvenientes ou inoportunos, desde que sem ofensa ao contraditório.
- (D) O princípio da impessoalidade impõe à Administração Pública a vedação à promoção pessoal de agentes públicos, garantindo que atos administrativos sejam praticados em nome do Estado e não de quem os executa, sob pena de nulidade por desvio de finalidade.

Questão 14

O monitoramento das metas na gestão governamental é um processo que busca construir, na análise contínua, o cumprimento dos objetivos previstos nos planos e programas governamentais. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta acerca do monitoramento das metas públicas.

- (A) O controle interno deve acompanhar periodicamente as metas estabelecidas nos planos de governo, utilizando indicadores de desempenho e relatórios gerenciais para identificar desvios e recomendar correções, conforme previsto na Lei nº 13.848/2019.
- (B) O monitoramento das metas governamentais pode ser delegado exclusivamente aos órgãos de controle externo, dispensando a atuação da controladoria interna.

- (C) A fiscalização do cumprimento das metas governamentais ocorre somente ao final do exercício financeiro, após a apresentação do relatório de gestão.
- (D) O monitoramento das metas não exige a utilização de indicadores quantificáveis, podendo basear-se apenas em análises qualitativas e percepções subjetivas dos gestores.

Questão 15

A prestação de contas é um dever constitucional e legal da gestão pública, possibilitando o controle externo da aplicação dos recursos públicos. No contexto dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta sobre os procedimentos e requisitos que envolvem esse dever.

- (A) Os Tribunais de Contas não podem imputar débito nem aplicar multa aos responsáveis que deixarem de apresentar suas contas no prazo, sendo essa atribuição exclusiva do Poder Judiciário.
- (B) A prestação de contas anual restringe-se à esfera federal e é facultativa nos entes subnacionais, por força do princípio federativo.
- (C) A prestação de contas deve conter, além do demonstrativo contábil e financeiro, documentos que evidenciem o cumprimento dos objetivos institucionais, permitindo a verificação da economicidade e legitimidade dos atos.
- (D) O dever de prestar contas alcança exclusivamente os gestores que manejam diretamente recursos financeiros oriundos do orçamento fiscal.

Questão 16

Os procedimentos de controle interno contam com ferramentas específicas para prevenir e detectar irregularidades na gestão pública. Assinale a alternativa correta sobre as ferramentas de controle interno utilizadas para prevenção e detecção de irregularidades no setor público.

- (A) A análise de risco é uma ferramenta essencial que permite identificar áreas vulneráveis a fraudes e erros, possibilitando a priorização de ações preventivas e corretivas, conforme orientações do Decreto nº 9.203/2017.
- (B) A automação total dos processos exclui a necessidade de auditorias internas e análises humanas para detectar irregularidades, pois elimina completamente o risco de falhas.
- (C) O controle interno deve focar apenas na conferência posterior dos atos administrativos, não sendo recomendável o monitoramento contínuo dos processos.
- (D) A simples revisão documental sem avaliação dos processos envolvidos é suficiente para garantir a prevenção e detecção de irregularidades no âmbito do controle interno.

Questão 17

A respeito dos procedimentos de sindicância e processo disciplinar, analise os itens abaixo:

I.A sindicância é o procedimento preliminar que visa apurar fatos e responsabilidades de forma sumária, podendo resultar na instauração de processo disciplinar, conforme previsto na Lei nº 8.112/1990.

II.Durante o processo disciplinar, é assegurado ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, incluindo a possibilidade de apresentar provas, testemunhas e ser assistido por advogado ou representante sindical.

III.A conclusão da sindicância deve conter relatório circunstanciado com a indicação clara da existência ou inexistência de irregularidades, sendo indispensável para fundamentar a instauração do processo disciplinar, conforme orientações do Decreto nº 1.171/1994.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 18

No controle interno da Administração Pública, o exame da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos exige, entre outros critérios, a análise dos motivos que justificam sua edição. Em determinados casos, a validade do ato está diretamente condicionada à veracidade dos fundamentos apresentados pela autoridade pública. Com base nesse contexto, assinale a alternativa que expressa corretamente o conteúdo e a aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes no âmbito da Administração Pública.

- (A) A aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes limita-se aos atos vinculados, uma vez que nos atos discricionários a Administração não está obrigada a apresentar fundamentos ou justificar suas escolhas.
- (B) A Teoria dos Motivos Determinantes estabelece que, quando a Administração explicita os motivos de fato e de direito que justificam um ato administrativo, sua validade passa a depender da veracidade desses motivos, ainda que a motivação não fosse exigida por lei.
- (C) Nos atos administrativos discricionários, a Teoria dos Motivos Determinantes permite à Administração alterar os motivos após a prática do ato, desde que o resultado permaneça válido e atenda ao interesse público.
- (D) De acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes, o ato administrativo será considerado válido sempre que for praticado por autoridade competente, independentemente da correção dos motivos apresentados.

Questão 19

A atuação da Administração Pública deve observar os princípios e normas constitucionais que asseguram o zelo no trato com a coisa pública. Essas normas impactam diretamente os atos administrativos, os vínculos dos agentes públicos e o regime jurídico aplicável ao serviço público. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação de cargos, empregos e funções públicas na administração direta e autárquica depende de lei, e a remuneração somente pode ser fixada ou alterada por lei específica, conforme determina o Art. 37, X, da Constituição Federal.
- (B) A Constituição permite a acumulação de cargos públicos desde que a jornada total semanal não ultrapasse 60 horas, mesmo que os cargos sejam da mesma carreira, nos termos do Art. 37, XVI, da CF/88.
- (C) A investidura em cargo público em comissão prescinde de qualquer critério de qualificação ou vínculo anterior com a administração, sendo vedada sua nomeação a servidores efetivos, conforme previsto no Art. 37, II, da Constituição.
- (D) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público, a qualquer título, são automaticamente incorporáveis aos vencimentos ou proventos, não havendo necessidade de previsão legal expressa, conforme entendimento pacificado no Art. 39 da Constituição.

Questão 20

A proteção de dados pessoais no setor público envolve obrigações específicas relacionadas ao tratamento de informações. À luz da Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais por entidades públicas é permitido quando necessário à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, sendo dispensada a obtenção de consentimento do titular.
- (B) Dados anonimizados são sempre considerados dados pessoais pela LGPD, ainda que não possam ser associados ao titular.
- (C) O compartilhamento de dados pessoais entre entes públicos está dispensado de critérios objetivos, bastando a conveniência da autoridade solicitante.
- (D) A LGPD se aplica exclusivamente às entidades privadas, cabendo às entidades públicas apenas seguir as normas previstas na Lei de Acesso à Informação.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 29.

O amor é o silêncio que diz delicadezas

O amor, às vezes, se expressa mais no silêncio do que nas palavras. Ela estava cansada da rotina dura, ele, cansado de tentar animá-la com esperanças. A visita foi breve: um chá com hortelã, xícaras antigas, e uma conversa sobre os quase setenta anos de vida compartilhada. Falou-se do tempo e, sobretudo, do amor — esse que suspende o tempo e silencia o ego.

Enquanto ela relatava sobre sua saúde, ele apenas a olhava, com olhos inteiros. O amor deles resistia à doença, como se vencesse algo ainda mais profundo: o egoísmo. Havia ternura em cada gesto. Quando perguntei sobre o casamento, ele riu, disse que eu gostava de ouvir aquela história de sempre — a de uma ex-freira e um irmão de padre que escolheram viver o amor.

Ela sorriu ao recordar o passado, ele beijou o sorriso dela. Pediu a caixa de bilhetes de amor que ele ainda escreve. Leu alguns, e ele chorou ao ouvir aquele que falava do impossível que seria viver sem ela. Ela, não chorou — apenas sorriu, grata por ter amado tanto e por tanto tempo.

Ali estavam dois devotos do amor, que morreram para o individualismo e renasceram no outro. Ela sabia que seguiria vivendo nele, mesmo se partisse. Ele tocou piano no entardecer. Pensei nas décadas de amor, nas xícaras, nos invernos partilhados. Não sei quanto tempo ainda têm, mas sei: nada apagará um amor que aprendeu a dizer delicadezas em silêncio.

Gabriel Chalita - Texto Adaptado

<https://odia.ig.com.br/opiniao/2025/06/7075346-o-amor-e-o-silencio-que-diz-delicadezas.html>

Questão 21

Em "O amor deles resistia à doença, como se vencesse algo ainda mais profundo: o egoísmo", no trecho "como se vencesse algo ainda mais profundo: o egoísmo", observa-se o uso do pronome oblíquo átono "se". Com base nas regras de colocação pronominal, assinale a alternativa correta quanto à sua posição e justificação.

- (A) O verbo "vencesse" exige o pronome "se" anteposto por ser verbo reflexivo, e a colocação poderia ser substituída por mesóclise sem prejuízo sintático.
- (B) O emprego da próclise com o pronome "se" é obrigatório, uma vez que a conjunção subordinativa "como" funciona como fator de atração pronominal.
- (C) O uso da próclise com o pronome "se" está incorreto, pois não há elemento atrativo que justifique sua anteposição ao verbo "vencesse".

- (D) A presença do pronome "se" antes do verbo é facultativa, pois se trata de oração subordinada adverbial comparativa, cuja construção permite tanto a ênclise quanto a próclise.

Questão 22

Em relação às regras de acentuação gráfica, analise as afirmações a seguir:

I. Em "Não sei quanto tempo ainda têm, mas sei: nada apagará um amor que aprendeu a dizer delicadezas em silêncio", a palavra "têm" é acentuada por ser um monossílabo tônico com terminação "EM".

II. As palavras "saúde" e "egoísmo" presentes no texto são acentuadas pois acentuam-se o "i" e "u" átonos quando formam hiato com a vogal anterior, estando eles sozinhos na sílaba ou acompanhados apenas de "s", desde que não sejam seguidos por "-nh".

III. As palavras "silêncio" e "história" são acentuadas pela mesma regras gramaticais e podem ser consideradas como "proparoxítonas aparentes".

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 23

A classificação de textos quanto ao tipo textual predominante deve considerar sua estrutura composicional, intencionalidade e recursos linguísticos predominantes. Com base nessa concepção e na leitura do texto de Gabriel Chalita, assinale a alternativa correta quanto ao tipo textual predominante.

- (A) O texto apresenta predomínio da narração, pois organiza os fatos em sequência temporal, com personagens, espaço e ações que constroem uma linha de acontecimentos interligados.
- (B) O texto é predominantemente descritivo, uma vez que apresenta traços de caracterização física e psicológica dos personagens, priorizando imagens estáticas e ausência de ação narrativa.
- (C) Trata-se de um texto de natureza expositiva, pois informa objetivamente sobre a trajetória de um casal e apresenta reflexões sobre o amor em forma de dados e conceitos.
- (D) É um texto injuntivo, marcado por estrutura prescritiva e orientações práticas sobre como viver o amor, com emprego constante de verbos no imperativo e linguagem normativa.

Questão 24

No trecho a seguir, observe o uso dos sinais de pontuação e assinale a alternativa que analisa corretamente a função de ao menos um deles, conforme a norma culta:

"Falou-se do tempo e, sobretudo, do amor — esse que suspende o tempo e silencia o ego."

- (A) O uso do travessão acrescenta à oração um elemento com valor explicativo e concessivo, funcionando como recurso estilístico que reforça a ideia de transcendência do amor em relação ao tempo e ao ego.
- (B) O uso do travessão marca uma enumeração de elementos coordenados, podendo ser substituído por vírgulas sem alteração no sentido, pois não há mudança de entonação ou estrutura sintática.
- (C) A vírgula após "e" é obrigatória, pois separa elementos que mantêm a mesma função sintática e pertencem a uma enumeração de objetos indiretos.
- (D) O travessão introduz um aposto explicativo que retoma e desenvolve o substantivo "amor", e poderia ser substituído por dois-pontos, mantendo-se a correção e o valor semântico.

Questão 25

Com base na leitura do texto de Gabriel Chalita, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada em relação às ideias desenvolvidas, considerando as informações explícitas e implícitas no texto.

- (A) O texto narra a dissolução emocional de um casal diante das dificuldades da velhice, revelando que, apesar da ternura, o amor já não resiste ao peso da doença, sendo sustentado apenas por lembranças e rituais cotidianos.
- (B) A narrativa constrói uma representação poética do amor maduro, sustentado por gestos silenciosos, memórias partilhadas e uma entrega mútua que supera o ego, ressignificando o sentido de existir com e para o outro.
- (C) Ao relatar a rotina de visitas, o narrador mostra distanciamento afetivo em relação ao casal, assumindo o papel de mero observador do cotidiano alheio, o que se confirma na ausência de envolvimento emocional ou reflexão sobre o próprio tempo.
- (D) O casal simboliza a frustração de sonhos individuais não realizados, já que o passado como ex-freira e irmão de padre é descrito como uma ruptura com vocações anteriores e fonte de renúncia silenciosa e dolorosa.

Questão 26

Analise o trecho a seguir:

"Ela sorriu ao recordar o passado, ele beijou o sorriso dela. Pediu a caixa de bilhetes de amor que ele ainda escreve. Leu alguns, e ele chorou ao ouvir aquele que falava do impossível que seria viver sem ela."

Com base na norma culta da Língua Portuguesa, analise a regência verbal dos verbos empregados no período citado e assinale a alternativa que apresenta uma

análise correta de um desses casos.

- (A) O verbo "chorar" é bitransitivo, exigindo objeto direto ("alguns") e objeto indireto ("ao ouvir aquele..."), justificando sua flexibilidade de regência no contexto.
- (B) O verbo "falava", por ser intransitivo, dispensa qualquer complemento, razão pela qual o trecho "do impossível que seria viver sem ela" exerce função meramente estilística.
- (C) O verbo "ouvir" é transitivo direto, e o termo "aquele que falava do impossível..." funciona como objeto direto do verbo, conforme a estrutura sintática da oração.
- (D) O verbo "beijou" é transitivo indireto e exige a preposição "a", sendo obrigatório o uso da forma "beijou ao sorriso dela", conforme a regência normativa.

Questão 27

Com base na análise sintática do período "Ela, não chorou — apenas sorriu, grata por ter amado tanto e por tanto tempo.", assinale a alternativa correta quanto à predicação verbal e à função dos termos destacados.

- (A) O segundo predicado é verbal, com verbo significativo "sorriu", e o termo "grata" funciona como objeto direto do verbo "sorrir", exprimindo o conteúdo da ação.
- (B) O predicado "apenas sorriu, grata por ter amado..." é do tipo verbo-nominal, com núcleo verbal e predicativo do sujeito, já que "grata" caracteriza o estado da mesma após a ação verbal.
- (C) O termo "grata" é adjunto adverbial de intensidade, modificando o verbo "sorriu" e reforçando a intensidade emocional expressa pela ação verbal.
- (D) O primeiro predicado do período é verbo-nominal, pois combina o verbo "chorou" com o predicativo "grata", que se refere ao sujeito oculto da oração.

Questão 28

Considerando as regras de regência e o uso do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego da crase na forma "à doença" presente no trecho citado.

- (A) A ocorrência de crase se justifica pela regência do verbo "resistir", que exige a preposição "a", e pela presença do artigo definido feminino "a" que antecede o substantivo "doença".
- (B) A crase está incorreta, pois o verbo "resistir" é transitivo direto e não exige preposição; a preposição "a" foi empregada de forma indevida antes de palavra feminina.
- (C) A forma "à doença" está correta, pois o verbo "resistir", que é transitivo direto, foi seguido de artigo definido feminino, resultando na fusão obrigatória das duas vogais idênticas.

- (D) O acento grave indicativo de crase foi empregado por se tratar de uma locução prepositiva, sendo o substantivo "doença" o termo regente da preposição exigida pelo nome "amor".

Questão 29

No período "Quando perguntei sobre o casamento, ele riu, disse que eu gostava de ouvir aquela história de sempre — a de uma ex-freira e um irmão de padre que escolheram viver o amor", observa-se uma articulação entre orações coordenadas e subordinadas de diferentes tipos. Considerando a estrutura sintática do período e a classificação das orações, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração "que escolheram viver o amor" é subordinada adjetiva restritiva, pois caracteriza o termo "irmão de padre", delimitando seu referente no contexto narrativo.
- (B) A oração "Quando perguntei sobre o casamento" é uma oração coordenada assindética com valor de tempo, e introduz uma ação simultânea à oração seguinte.
- (C) A oração "que eu gostava de ouvir aquela história de sempre" é subordinada substantiva subjetiva, pois funciona como sujeito da oração "disse".
- (D) A oração "ele riu, disse que eu gostava..." apresenta uma sequência de orações subordinadas adverbiais consecutivas, articuladas por justaposição e por oração explicativa final.

Questão 30

Considerando os vícios de linguagem e as normas do português culto, assinale a alternativa em que há desvio formal decorrente de impropriedade vocabular, estrutura frásica inadequada ou construção viciosa do ponto de vista estilístico ou gramatical.

- (A) Em meio a digressões sobre o afeto e a memória, construções como "sorriu grata" ou "olhos inteiros" revelam um vocabulário impregnado de subjetividade.
- (B) A musicalidade do texto de Chalita provém do uso recorrente de paralelismos e isotopias lexicais, fenômenos que reforçam, em suma, a tessitura simbólica do discurso.
- (C) O autor explora, com refinamento poético, elementos da rotina, os quais ressignifica através de gestos mínimos que revelam densidade emocional.
- (D) Embora a narrativa transborde lirismo, sua linearidade temporal não prejudica a articulação entre os episódios, os quais se encadeiam com coesão e coerência.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

O governo de Fernando Collor de Mello teve início em 1990 com promessas de modernização econômica, combate à inflação e enfrentamento da corrupção, mas sua gestão foi marcada por medidas econômicas impopulares e por denúncias de corrupção envolvendo seu círculo próximo de aliados, que resultaram em um processo de impeachment, culminando com sua renúncia. Como ponto fundamental no desenvolvimento deste processo, podemos citar:

- (A) O envolvimento em um esquema de corrupção revelado por seu próprio irmão, com forte mobilização da sociedade civil.
- (B) A decisão de privatizar todas as universidades públicas do país, gerando protestos.
- (C) O fechamento do Congresso Nacional por decreto presidencial.
- (D) A aprovação de uma nova Constituição sem apoio popular.

Questão 32

A inteligência artificial (IA) está provocando profundas mudanças na forma como vivemos, trabalhamos e nos comunicamos, alcançando desde o setor industrial até os serviços cotidianos, impulsionando inovações, otimizando processos e influenciando decisões. Entretanto, o avanço da IA também tem gerado discussões importantes sobre questões sociais, econômicas e éticas.

Com base nesse cenário, qual das alternativas a seguir representa impactos reais e relevantes provocados pela atual expansão da inteligência artificial?

- (A) A extinção da educação presencial em todos os níveis de ensino.
- (B) O aumento da automação de tarefas e o surgimento de novos dilemas éticos sobre o uso de dados e decisões automatizadas.
- (C) A eliminação do uso de qualquer forma de energia elétrica em sistemas computacionais.
- (D) O desaparecimento completo da internet como meio de comunicação.

Questão 33

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Dionísio Cerqueira/SC define como Órgãos da Câmara:

- I.O Plenário.
- II.A Diretoria.
- III.A Mesa.
- IV.As Comissões.

Estão corretos:

- (A) I, III e IV apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III apenas.
- (D) I e IV apenas.

Questão 34

De acordo com a Lei Orgânica de Dionísio Cerqueira/SC, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável:

- (A) Ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) Será exonerado, recebendo indenização proporcional ao agravo sofrido.
- (C) Será aposentado por antecipação, a bem do serviço público.
- (D) Ficará em disponibilidade não remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Questão 35

"(...) com cachoeiras de mais de 60 m de altura, atraindo amantes de esportes radicais como o water trekking e o rapel. Destacam-se também a Cachoeira do Rio Puçá e a Cachoeira do Toldo, que presenteia seus visitantes com quatro quedas d'água e locais tranquilos para banho."

<https://turismo.dionisiocerqueira.sc.gov.br>

O trecho acima fala de uma região de Dionísio Cerqueira, que possibilita o contato direto com a natureza e as riquezas que ela oferece. Este lugar é:

- (A) O Cânion do Assentamento.
- (B) O Cânion do Puçá.
- (C) O Cânion da Tri-Fronteira.
- (D) O Cânion do Toldo.